



MAFFEI, Luis. **Sophia, Ruy Belo e o difícil emprego de obscuras navegações.** *Revista Diadorim / Revista de Estudos Linguísticos e Literários do Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas da Universidade Federal do Rio de Janeiro*. Volume 11, Julho 2012. [<http://www.revistadiadorim.letas.ufrj.br>]

SOPHIA, RUY BELO E O DIFÍCIL EMPREGO DE OBSCURAS NAVEGAÇÕES

Luis Maffei¹

RESUMO

Sophia de Mello Breyner Andresen e Ruy Belo, cada um a seu modo, enfrentam um grande impasse em seus lugares modernos: sendo ambos portugueses, como, numa problemática modernidade em deslocamento, dizer poesia historicamente atenta mas capaz de tensionar radicalmente a história? Cada um a seu modo, e, neste ensaio, cada um diante de problemática distinta, pratica a ironia e visa a uma desestabilização de sentidos, especialmente os portugueses, sobremaneira os estratificados. Os poemas prioritariamente em abordagem são “Emprego e desemprego do poeta”, de Ruy Belo, e o I de “As ilhas”, seção de *Navegações*, de Sophia de Mello Breyner Andresen.

PALAVRAS-CHAVE: Sophia de Mello Breyner Andresen; Ruy Belo; Álvaro de Campos; história; trabalho

ABSTRACT

Sophia de Mello Breyner Andresen and Ruy Belo, each in its own way, they face a big standstill in their modern places: both being portuguese, as in a problematic modernity in displacement, say poetry historically attentive but able to radically tensing the story? Each in its own way, and, in this essay, each one facing a different problem, practicing the irony and aiming at a destabilization of the senses, especially the portuguese, particularly the storied. The poems are “Emprego e desemprego do poeta”, by Ruy Belo, and the I of “As Ilhas”, section of *Navegações*, by Sophia de Mello Breyner Andresen.

KEYWORDS: Sophia de Mello Breyner Andresen; Ruy Belo; Álvaro de Campos; history; work

1. Doutor, UFF [luis.maffei@terra.com.br]

Primeiro poema de “As ilhas”, seção de *Navegações*:

Navegámos para Oriente —
 A longa costa
 Era de um verde espesso e sonolento

Um verde imóvel sob o nenhum vento
 Até à branca praia cor de rosas
 Tocada pelas águas transparentes

Então surgiram as ilhas luminosas
 De um azul tão puro e tão violento
 Que excedia o fulgor do firmamento
 Navegado por garças milagrosas

E extinguiram-se em nós memória e tempo

(Andresen, 2004, p. 13)

Ler Sophia exige do leitor uma consistente vontade de atrito. O primeiro gesto fundamental à leitura de poesia é atritar-nos com o poema, qualquer poema. O segundo, no caso da autora de *Navegações*, é pôr os textos em zona friccionável que os desconforte, pois do desconforto muitos deles já partem. Não estou pensando agora num desejo andreseniano de concerto, ou em nostalgia da ordem perdida – talvez eu suspeite que essa é chave de eficácia cada vez mais parcial para a leitura de Sophia –, mas em curvas tensas, ambivalentes “nós”. O poema fala em navegar, mas fala num (*desde* um) tempo em que a navegação tem, historicamente, novo sentido geográfico: o retorno dos que estavam na África, tema de muita literatura portuguesa do mais alto interesse – lembro-me, por exemplo, de guerra e/ou retornados em versos de João Miguel Fernandes Jorge e Fernando Assis Pacheco, e em romances como os de António Lobo Antunes. *As naus*, excesso carnavalizador, oferece-me uma possibilidade de começar a ler os versos de Sophia: um degradado Camões ouve de alguém que “D. Sebastião aparece das ondas num cavalo branco”; depois, o “poeta imaginou uma horda de tísicos em uniforme hospitalar, acorados na neblina das dunas, à espera de um monarca risível que se elevaria das águas na companhia do seu exército vencido.” (Antunes, 1988, p. 240).

Antes de ler Sophia com o auxílio de Lobo Antunes, penso em poema do livro inaugural de Ruy Belo. Afirmo Marcos Aparecido Lopes:

Em seu primeiro livro, *Aquele grande rio Eufrates*, Ruy Belo selava um pacto com o mundo da transcendência, ao se colocar no lugar especial e de quase eleição da voz poética que soletra o mistério do mundo. Passada uma década, tal missão seria abandonada em proveito de uma linguagem mais rente aos dilemas do homem comum, mais próxima do ambiente político e histórico de um salazarismo em seus estertores. (Lopes, 2011, p. 157)

O poema, “Emprego e desemprego do poeta”:

Deixai que em suas mãos cresça o poema
como o som do avião no céu sem nuvens
ou no surdo verão as manhãs de domingo
Não lhe digais que é mão-de-obra a mais
que o tempo não está para a poesia

Publicar versos em jornais que tiram
talvez até alguns milhares de exemplares
haverá coisa que se lhe compare?
Grandes mulheres como semiramis
pública hortênsia de castro ou vitória colonna
todas aquelas que mais íntimo morreram
não fizeram tanto por se immortalizar

Oh que agradável não é ver um poeta em exercício
chegar mesmo a fazer versos a pedido
versos que ao lê-los o mais arguto crítico em vão procuraria
quem evitasse a guerra maiúsculas-minúsculas melhor
Bem mais do que a harmonia entre os irmãos
o poeta em exercício é como azeite precioso derramado
na cabeça e na barba de aarão

Chorai profissionais da caridade
pelo pobre poeta aposentado
que já nem sabe onde ir buscar os versos
Abandonado pela poesia
oh como são compridos para ele os dias
nem mesmo sabe aonde pôr as mãos (Belo, 2004, p. 29)

Para ler Sophia com o auxílio de Lobo Antunes, tenho de ir ao primeiro poema de *Navegações*, “Lisboa”:

Digo:
“Lisboa”
Quando atravesso — vinda do sul — o rio
E a cidade a que chego abre-se como se do seu nome nascesse
Abre-se e ergue-se em sua extensão nocturna
Em seu longo luzir de azul e rio
Em seu corpo amontoado de colinas —
Vejo-a melhor porque a digo
Tudo se mostra melhor porque digo
Tudo mostra melhor o seu estar e a sua carência
Porque digo
Lisboa com seu nome de ser e de não-ser
Com seus meandros de espanto insônia e lata
E seu secreto rebrilhar de coisa de teatro
Seu conivente sorrir de intriga e máscara
Enquanto o largo mar a Ocidente se dilata
Lisboa oscilando como uma grande barca
Lisboa cruelmente construída ao longo da sua própria ausência
Digo o nome da cidade
— Digo para ver

(Andresen, 2004, p. 9)

Após tanta citação, é hora de começar a concertar a casa, propor meu tema. O sujeito poético do poema de “As ilhas” é um nós que me propõe um nó. Localizando numa atritiva tensão o poema de Sophia, sinto-me impelido a fazer diversas perguntas a essa primeira do plural – nós quem? Nós o quê? Nós quando? Em fins do século XX, altura em que navegar, historicamente, é retornar, é fazer parte, portanto, de uma nau menos gloriosa que as gloriosas e soturna como as de *As naus*. Em Lobo Antunes, um poeta de nome Luís vislumbra “uma horda de tísicos em uniforme hospitalar, acocorados na neblina das dunas, à espera de um monarca risível que se elevaria das águas na companhia do seu exército vencido”, e cogito um problema real em “Emprego e desemprego do poeta”: “o tempo não está para a poesia”. Logo, um “poeta” “Abandonado pela poesia” se revela num inquietante deslocamento para a terceira pessoa do singular: ele quem? Nós quem? Quando? Num poema de 1961 que, de certo modo, sintetiza as duas *missões* belianas expostas por Marcos Lopes, por isso a citação.

“Lisboa”, poema que abre o livro andreseniano editado em 1983, é bom modo de refletir sobre regresso. Ali, uma indicação: o sujeito, para além de investir no poder nomeador da palavra poética – lugar-comum para a crítica andreseniana –, revela seu ponto de partida: “vinda do sul”, sintagma entre travessões, portanto em destaque desviante. Se do sul, de onde? Considerando historicamente o que seja sul para o imaginário português, e é forçoso levar em conta tal imaginário num livro intitulado *Navegações*, sul é muito do que está do Marrocos para baixo. Do norte africano, D. Sebastião, como bem sabe qualquer Camões, inclusive o de Lobo Antunes, não voltou, e, por essa e outras, está condenado a voltar sempre. Se numa ficção de fins de século XX esse rei voltar, voltará derrotado e “risível”, como bem observa Luís. Vem “do sul” a voz que diz o poema, dizendo a geografia ter sentido metonímico, e esse sentido, esse destino, “se mostra melhor porque” é dito, e mostra-se em “carência” – entrevejo um sentido muito realista nesse vocábulo, ainda que Silvina Lopes diga, com propriedade, “o mundo do poema”, em Sophia, não “ser idêntico ao que prosaicamente chamamos ‘mundo real’” (Lopes, 2003, p. 53).

O atrito – vocábulo, aliás, bastante bem pensado pela ensaísta recém-citada, em seu *Literatura, defesa do atrito* –: se o mundo do poema, portanto o mundo da poesia andreseniana, não é idêntico ao que chamamos “real”, e se a história pertence a este último, resulta produtivo pôr os dois em fricção. Alguém que, após o 25 de abril e suas conseqüências em África, atravessa, “vinda do sul”, “o rio”, se encontra numa condição semelhante à do regressado – que não é, ressaltado, um Ulisses glorioso em sua marca. Tendo isso em mente, a criação do real pelo nome, gesto clássico e pleno de crença no poético, ganha outro sentido, quase evasivo, mais quase evasivo ainda se levo em conta o poema de “As ilhas”, e a questão começará no próprio tempo verbal: se “Lisboa” é todo construído no presente, o outro se situa exclusivamente no passado.

A evasão, evidentemente, ressalta aquilo de que se evade, jogando aos olhos de leitor como eu uma cidade, “a Ocidente”, entre “sua própria ausência”, “construída” “cruelmente”, e a presença que é, portanto, novidade: “Digo para ver”, oralmente, equivale a “Digo para” *haver*, e a invenção do que não existia quiçá passe a ser, se o outro poema é lido junto, apagamento do que foi. Repito: o único tempo verbal do poema é o presente, exceto pelo particípio passado “construída”, cuja função é adjetiva. O sujeito regressado constrói uma imagem, “corpo amontoado de colinas”, que me soa instigante, já que amontoamento de corpos é típico das guerras – a visão de cadáveres constituindo sombrias montanhas ou “colinas” incrustou-se no imaginário humano a partir da Segunda Guerra Mundial, e portugueses regressaram do “sul” vindos de uma guerra. Sim, desocultação pela ocultação, mas que desocultação?

A que regressa o pobre poeta do poema, histórico, demasiado histórico, de Ruy Belo? Histórico, demasiado histórico: em “Emprego e desemprego do poeta”, há efetivas personagens históricas, como Públia Hortênsia de Casto e Vitória Colonna. Mas a história é a que localiza o poeta num alto século XX, tempo que “não está para a poesia” porque, decerto, está para outra coisa – a Guerra Colonial que começa? Nenhum caráter identitário, nada de busca do novo (esses motivos fariam o Gama que fala n’*Os Lusíadas* ver justificações para um conflito sangrento), nada além da tentativa desesperada de um Império decadente manter sua principal e atrasada base econômica. Bem, esse “tempo” gerou muita poesia, mas precisamente pelo avesso, por o “tempo” ser hostil a versos. Vitória Colonna, cujo valor, no poema, é posto pela locução irônica abaixo do que deveria dignificar um poeta, protegeu seu parente Sá de Miranda quando da incursão do lírico em Itália; quem protege o poeta dentro de um capitalismo acentuado, implacável?

Volto a ter em conta o que disse Marcos Aparecido Lopes: “Em seu primeiro livro, *Aquele grande rio Eufrates*, Ruy Belo selava um pacto com o mundo da transcendência, ao se colocar no lugar especial e de quase eleição da voz poética que soletra o mistério do mundo”. Por essa razão, o mais incômodo dos nomes grafados é o de Aarão. A Bíblia chama “azeite precioso” a um óleo cuja propriedade mística capacita um indivíduo ao sacerdócio. No entanto, “Bem mais que a harmonia entre irmãos/ o poeta em exercício é como azeite precioso derramado/ na cabeça e na barba de aarão”. O Salmo 133 – “Oh! como é bom, como é agradável os irmãos morarem juntos! É como óleo precioso sobre a cabeça, que escorre pela barba, pela barba de Aarão, e desce sobre a gola do seu manto”² (Salmos, 133, 1, 2) – vê-se num deslocamento muito mundano, posto que o poema não é sagrado e Deus se ausentou, como dizem os versos finais de “A mão no arado”: “É muito triste andar por entre deus ausente// Mas, ó poeta, administra a tristeza sabiamente” (Belo, 2004, p. 160).

2. <http://www.bibliacatolica.com.br/02/21/133.php>

O poema de *O problema da habitação* recupera a instrução do Cristo, encontrada em Lucas, para que abandonem suas vidas pregressas os discípulos que O abraçarão. Como manter “a mão no arado”, uma linha reta, aquele que se encontra “sabiamente” triste, já que afastado da mera hipótese de dizer Aarão sem desconforto, sem ironia? O “poeta”, no diagonal discurso beliano, encontra-se “em exercício”, e é preciso que “Não lhe digais que é mão-de-obra a mais”. Pode, a expressão “em exercício”, ser lida como prática interina realizada por substituto do legítimo ocupante de um posto. Será o “exercício” do poeta, no fundo, ilegítimo? Segundo parâmetros baseados em “milhares/ talvez até alguns milhões de exemplares”, sim, certamente. Neste ponto, apenas ressalto uma estimulante reflexão de Pedro Serra acerca da recepção editorial que o começo do século XXI oferece à obra de Ruy Belo. O que cito é dito noutra momento de *Um nome para isto*: “Na Modernidade, o Poeta é um Burguês. Ruy Belo assinalou constantemente essa condição existencial dividida. (...) a condição dupla de Poeta e Burguês é representada na poesia beliana (...) como um tensão contraditória.” (Serra, 2003, p. 13).

Se o poeta é um burguês, sim, sua “condição” é “contraditória”. Em certo momento da alta modernidade, há pouco lugar social, ao menos no ocidente, que não seja burguês, pois há poucas opções que não sejam o trabalho – uma delas é a miséria, a mendicância, o abandono, e disso trata magnificamente o Cesário Verde, espantado com decadência e aburguesamento, que viu um professor de Latim pedir esmola e uma engomadeira tossir empestada. Como o sentimento do “Poeta” não se adéqua aos chamados valores burgueses, cria-se a contradição. O poeta já se vê burguesamente em poesia portuguesa desde, ao menos, Cesário, mas essa condição jamais lhe foi confortável, pelo contrário. Sem “mão no arado”, sem linha reta, a obra de Álvaro de Campos é a mais bem acabada representação pessoana do poeta *daquele* tempo, encontrado ao fundo do tempo em que Ruy Belo escreve *Aquele grande rio Eufrates* e *O problema da habitação*, sucedido pelo tempo que assiste a Sophia escrever *Navegações*. Se disse eu sem linha reta é porque considero esse objeto geométrico no “Poema em linha reta” em grande medida irônico, e o poema, triste. Menos (assumidamente) triste, mas flagrantemente irônico é outro poema de Álvaro de Campos:

Cruzou por mim, veio ter comigo, numa rua da Baixa
 Aquele homem mal vestido, pedinte por profissão que se lhe vê na cara,
 Que simpatiza comigo e eu simpatizo com ele;
 E reciprocamente, num gesto largo, transbordante, dei-lhe tudo quanto tinha
 (Excepto, naturalmente, o que estava na algibeira onde trago mais dinheiro:

Não sou parvo, nem romancista russo, aplicado,
E romantismo, sim, mas devagar...).

(...)

Ser vadio e pedinte não é ser vadio e pedinte:

É estar ao lado da escala social,
É não ser adaptável às normas da vida,

(...)

Sim, ser vadio e pedinte, como eu sou,

Não é ser vadio e pedinte, o que é corrente:

É ser isolado na alma, e isso é que é ser vadio,

É ter que pedir aos dias que passem, e nos deixem, e isso é que é ser pedinte.

(Pessoa, 1999, p. 229)

Numa sociedade capitalista estabelecida, o poeta é, como se lê no “Poema em linha reta”, “vil, literalmente vil” (Pessoa, 1999, p. 235), ou seja, tem valor muito baixo, e está “ao lado da escala”, à margem do cânone, “social”, ainda que se encontre inserido no cânone literário. Não quero aqui discutir as tangências e afastamentos entre os dois cânones referidos, nem ressaltar o quanto eventualmente complica o cânone, por exemplo, um poeta como Sophia, se lido de modo atritivamente histórico. Contento-me em salientar as duas marginalidades encontradas no poema: a do poeta, que pede, ou o que não se pode pedir, ou o que necessariamente acontecerá, independentemente de qualquer pedido, e a do “pedinte por profissão” – por um lado, essa personagem representa a renúncia ao jogo do capital, por outro, joga-o tão habilmente que apenas *trabalha*, sem que precise produzir para outrem. É burguês o poeta se consideramos ter ele “dinheiro” “na algibeira” e condição de negociar com o outro, o “pedinte”. Mas o “vadio e pedinte” que compõe versos não se deixa atingir por qualquer culpa burguesa, decerto porque não nutre valores que poderiam levá-lo à culpa (fito, imagino, do “pedinte” profissional), ou a um irrefletido surto românticoide.

3. A sequência do texto beliano é um tanto venenosa com *Os Lusíadas*. Já que citarei mais de uma vez o poema camoniano, deixo aqui esta nota, e digo que o veneno do poeta, entendo como motivado pelos usos nefandos que o texto de Camões sofreu. É pena, pois a ética de Ruy Belo tem enormes pontos de contato com a camoniana.

Cabe ressaltar o que Ruy Belo diz no prefácio, escrito já nos anos de 1970, à segunda edição de *Aquele grande rio Eufrates*: “A solidão será porventura um problema burguês. Mas, numa sociedade onde todos os intelectuais mais ou menos o são, ela será talvez (...) não tanto o reflexo como a denúncia dessa mesma sociedade”³ (Belo, 2004, p. 15). O poeta encontra-se de fato numa “tensão contraditória”, pois dificilmente poderia renunciar de todo a uma vida que lhe permitisse ser poeta, e essa vida é economicamente (socialmente?) burguesa. Por outro lado, já que a burguesia, a partir, aproximadamente, de fins do século XIX, trocou seu papel contestatário pelo lugar de ordem estabelecida, não pode um poeta ser pacificamente burguês.

Campos é muito bem-vindo neste ensaio, e ele já ensejou outro, publicado há não muito tempo na revista *Relâmpago*, nº 25. Ali, respondo eu a uma mensagem posta em garrafa ensaística por Jorge Fernandes da Silveira: a proposta de uma investigação acerca do “desemprego no Campos...” (Silveira, 2003, p. 195), o que me levou “à moderna revelação de que o ‘emprego’ deve ser tratado em versos” (Maffei, 2009, p. 76), isto é, o “Opiário”. Os versos centrais para minha experiência: “Pertencço a um gênero de portugueses/ Que depois de estar a Índia descoberta/ Ficaram sem trabalho. (...)” (Pessoa, 1999, p. 76). Apenas agora sou capaz de balbuciar de que se trata este ensaio: cogitar, tendo a estrofe de Campos como provocação de fundo, que “emprego” terá o poeta em “Emprego e desemprego do poeta”, e em que trabalho se empregará o nós que emite o poema de “As ilhas”.

Que emprego, que “exercício” um tanto falseado, um bocado espúrio? Seria legítimo apenas cantar a Índia e pela Índia? Quem o fez? O Gama de Camões. Quem é ele? Não é, claro, o poeta (do) “azeite precioso derramado” seja aonde for; este me lembra desperdício, ação feita e refeita pelo burguês mas condenada pelo burguês, feita e refeita pelo capitalismo mas condenada pelo capitalismo. O poeta, já que sua “mão-de-obra” é “mão” e “obra” sem sindicalização, chora sobre o “azeite”, ou melhor, o leite “derramado”, um excedente perdido, uma impossibilidade que só permite o lamento e a aposentadoria, o “desemprego”: “Chorai profissionais da caridade/ pelo pobre poeta aposentado/ que já nem sabe onde ir buscar os versos/ Abandonado pela poesia/ oh como são compridos para ele os dias/ nem mesmo sabe aonde pôr as mãos”. Mas, e se o profissional da caridade for o Campos na Baixa, ele mesmo um “pedinte”? E se o poeta for um Sá de Miranda arrancado de seu século e posto, “vadio”, no século XX?

É muito importante notar que, em “Emprego e desemprego do poeta”, o sujeito lírico refere-se ao “poeta” em terceira pessoa, como se dele se afastasse piedosamente. O uso da segunda do plural, bastante comum em contextos de locução religiosa, acentua a ironia do poema, pois faz prescrições cuja religiosidade é impossível, ainda mais porque Aarão é citado também sem mística. “Emprego”, “desemprego”: o poeta está sem “trabalho” “depois de a Índia descoberta”, “depois”, portanto, de Portugal cristalizar suas navegações, o que encerra, e já o dizia Camões no século XVI, um grave equívoco,

para além de tudo, econômico. Assim, “aonde pôr as mãos” o poeta? Que “exercício” lhe resta? Dirá Manoel Ricardo de Lima, pensando na ética que se encontra na escrita beliana, que essa poesia “obriga o olhar a rastejar o chão em busca daquilo que a história não capta do mundo” (Lima, 2011, p 67).

Posso pensar na morte, tema fulcral em Ruy Belo: o poeta-ele poderia “pedir aos dias que passem”, pois “como são compridos para ele os dias”! Apenas a consciência da morte, e a nomeação sucessiva, e sucessivamente menos crente num futuro, da morte, pode, nessa poética, permitir a “minuciosa exaltação das coisas, a persistente nomeação dos objectos e dos actos cotidianos” (Magalhães, 1990, p. 341), segundo Joaquim Manuel Magalhães. A ironia em “Emprego e desemprego do poeta” cumpre função semelhante à da melancolia – “A melancolia que atravessa a obra” de “Camões, Bernardes, Agostinho da Cruz e Rodrigues Lobo” “é bem evidente na obra de Ruy Belo”, afirma Magalhães (Magalhães, 1990, p. 334) – em “A mão no arado”: deslocar uma semântica previsível a fim de desconfortar a linguagem, realizando o que a “história”, ou qualquer outra procedência incitadora de discurso (a economia, por exemplo), não logra realizar.

O leite, ou melhor, o “azeite” “derramado” é “precioso”, mas não sei se no sentido do valor econômico. Não sei se preciosas são “as ilhas luminosas” do poema de Sophia – que valor terão? Econômico? Paisagístico? Estético? Venusiano, como na Ilha do Canto IX? Inquieta-me pensar que o único bem de valor que Camões traz de sua biográfica experiência no Oriente é o poema, que não reverteu valor algum ao poeta enquanto vivo. O “poeta em exercício” chega mesmo a “fazer versos a pedido”, de encomenda. Quem cantou a Índia e pela Índia? O Gama de Camões. Por quê? Sem dúvida, “a pedido”. Cito apenas a estância 79 do Canto IV, mas poderia citar algumas outras:

“Eu vos tenho entre todos escolhido
 Para *hũa* uma empresa, qual a vós se deve,
 Trabalho ilustre, duro e esclarecido,
 O que eu sei que por *mi* vos será leve.”
 Não sofri mais, mas logo: “Ó Rei subido,
 Aventurar-me a ferro, a fogo, a neve,
 É tão pouco por vós, que mais me pena
 Ser esta vida cousa tão pequena.”
 (*Lus*, IV, 79)

A “empresa” proposta pelo rei exige que o Gama *empregue* habilidades militares e muitas outras, mas especialmente o que o poema mostrará que o capitão tem de melhor: o amor da pátria e a língua, tanto na fala como na capacidade de escuta. É claro que o Gama de Camões não será o Gama histórico, havendo, entre os dois, uma distância que só beneficia, poeticamente, o primeiro, especialmente num contexto multivocal como o d’*Os Lusíadas*, pouco preocupado em celebrar valores de caráter mercantil. Vasco da Gama, “escolhido”, viajará para, em virtude do poema que o ficciona, ter de assumir uma voz capaz de dizer e viver o mais belo da empresa, ainda que não sem uma visada algumas vezes desestabilizada e desestabilizadora. Para Camões e Baco, a desestabilização é mais radical, é um projeto. Já Luís, em *As naus*, não vê qualquer rei, e, quando se permite um delírio sebastiânico, vê o jovem monarca a liderar “uma horda de tísicos”: está criado um impasse para o poeta, que se vê desempregado. O nós que, em *Sophia*, diz “Navegámos”, como se emprega? Que emprego tem? Não me posso esquecer de que *Navegações* se abre com “Lisboa”.

Há um elenco de maravilhas: o “verde”, a “praia”, as “águas”, as “ilhas”, o “azul”, as “garças”. Verifico os determinantes: o “verde” é “espesso e sonolento”, a “praia”, “cor de rosas”; as “águas” são “transparentes” e as “ilhas”, “luminosas”; o “azul” é “puro” e “violento”, enquanto as “garças” são “milagrosas”. A paisagem descrita não parece diferir muito do lugar-comum do colonizador europeu, que vê no que vê uma expressão verdadeiramente milagrosa. O “verde” é o que se espera da natureza virgem, as “águas”, *comme il faut*, são “transparentes”, e o “azul”, adequadamente “puro”. Além de tudo, “praia” e “rosas” combinadas lembram Vênus. Todavia, há pequenos componentes um tanto destoantes: o “verde” é “imóvel” como o que não tem vida, e o “azul”, “violento” – Luís Miguel Nava fala, em “As navegações de *Sophia*”, de “uma realidade cuja violência abala” a “subjetividade” (Nava, 2004, p. 175). Já as “águas”, por serem “transparentes”, podem guardar um aspecto sombrio, e digo-o porque tenho em mente a parte II da “Vênus” de Pessanha, poema em que “Singra o navio” sobre “fria transparência luminosa”; o resultado, para o olhar do sujeito que olha, é o terceto final: “Róseas unhinhas que a maré partira.../ Dentinhos que o vaivém desengastara.../ Conchas, pedrinhas, pedacinhos de ossos ...” (Pessanha, 2009, p. 89). A “transparência” é “luminosa” porque iluminada: há uma espécie de holofote sobre o grande cemitério que é o mar.

Transparência e luminosidade não são estranhas ao poema de “As ilhas”, e são justamente ambas que permitem a Pessanha a visão do horror. Há um poema que me parece fundamental para entender a obra de *Sophia* como um todo, pertencente a *Coral*, de 1950, anterior em muitos anos a *Navegações*: “Terror de te amar num sítio tão frágil como o mundo// Mal de te amar neste lugar de imperfeição/ Onde tudo nos quebra e emudece/ Onde tudo nos mente e nos separa” (Andresen, 2003, p. 30). Diz Pedro Eiras, acerca de *Sophia*: “Talvez o poeta escolha, contra o terror da transcendência,

o terror da imanência; talvez assuma o terror humano, que transfigura o humano” (Eiras, 2011, p. 31). O ensaísta refere-se a *Livro sexto*, eu ao poema de *Coral*, e conjecturo haver pouca escolha para um humano diante, não, nesse caso, do trágico, mas de um horror experienciado e fora de controle.

O desconforto atinge grau intenso: na aparência, maravilhas, na *curva*, hipótese de horror. É preciso de novo perguntar quem é o nós do poema. Como o idioma permite o uso da primeira do plural em coletivizações, construções como *nós, brasileiros* ou *nós, portugueses* são comuns, muitas vezes com a elipse do gentílico. Nesse caso, a hipótese a se montar é *nós, portugueses*, “Navegámos para Oriente”, sintagma com plena coesão e coerência. Historicamente, como qualquer leitor minimamente culto sabe, *nós, portugueses*, “Navegámos para Oriente” de modo muito distinto do que é exposto pelo poema, e criamos uma série de nós em nossa cultura. Certo *éthos* da viagem portuguesa é lucidamente dito por Baco, maurificado metamorficamente:

“E sabe mais (lhe diz) como entendido
Tenho destes Cristãos sanguinolentos,
Que quase todo o mar *tem* destruído
Com roubos, com incêndios violentos;
E trazem já engano urdido
Contra nós; e que todos seus intentos
São *pera* nos matarem e roubarem,
E mulheres e filhos cativarem.”
(*Lus*, I, 79)

É de horror o cenário descrito pela personagem que merece as mais novas e renovadas leituras dentro d’*Os Lusíadas*. No corajoso contradiscurso que marca o poema camoniano, Baco muitas vezes executa o papel de sensata consciência histórica. Quem é nós? “Cristãos sanguinolentos”? Que nós faz a viagem no poema de Sophia? É urgente, enfim, o verso final: “E extinguiram-se em nós memória e tempo”. O poema só se lerá sem que a história, horrificamente, dele se aproxime, se muito “tempo” histórico for extinto, assim como muita “memória”. É preciso que se pratique uma evasão, algo que n’*Os Lusíadas* é constrangido por vozes como a do Velho que *vocifera* a diferença entre o dito e feito no final do Canto IV e a báquica. Neste ponto do ensaio, fico seduzido a aproximar o Baco de Camões das ocorrências dionisíacas na poética andreseniana. Resisto, e sigo: se o poema exige extinção de “tempo” e “memória”, e se esse gesto extintor é feito pelo leitor possível do poema, a saber, alguém que conhece coisas da ordem do que diz o pai de Luso, pois bem, o efeito da evasão é seu contrário, é um espanto em nada consolador.

Está criado o atrito, a fricção: as maravilhas expostas na paisagem poemática têm de se ver com muito sangue, e a zona interseccional entre poema e história incomoda. Mas, repito, já há sugestão de horror em certa zona sombria dos versos, ainda que não declarado, mesmo porque “inominável” “é tanto o que não se pode nomear como o que não se pode querer nomear – o horroroso” (Lima, 2003, p. 39), de acordo com Luiz Costa Lima. Há ironia em Ruy Belo, haverá ironia no poema de *Navegações*? De certo modo, posto que o discurso irônico é marcado pela instabilidade semântica: o que se diz é assombrado por seu contrário, que, por sua vez, não se deflagra, por alguma razão, por vezes o “inominável”. Só se chega a um explícito “terror” no poema de “As ilhas” por um efeito de leitura. Que terror? Em resumo, a própria impossibilidade de paisagem como aquela, a radical necessidade de um retorno em nada harmônico. Por mais desatinado que possa parecer uma leitura de Sophia trazer em seu auxílio um fragmento de Lobo Antunes, em virtude da virulência do autor de *Tratado das paixões da alma*, bem se poderia supor o contrário: pelo espanto que guarda em si, especialmente em virtude da sutil ironia, o poema andreseniano talvez seja muito mais assustador que a manifesta transgressão carnalizadora levada a cabo em *As naus*, de 1988. A função do romance citado neste ensaio é salientar que, tanto na época de Lisboa, poema datado de 1977, quanto na do lançamento de *Navegações*, 1983, o caminho mais frequente na relação entre Portugal e o sul era do sul para o norte.

Sophia funda um real possível em sua poesia? Certamente, mas com esperança sempre ameaçada, com “Terror” sempre à espreita, sendo o “mundo” tão propiciador do terrífico e constrangedor do ato de “amar”. Ruy Belo logra um “emprego” profícuo a seus versos? Sem dúvida, mas com uma ética que se emprega visando quase sempre à morte, muitas vezes com a mais aguda melancolia. Numa experimental fusão dos poemas desses poetas, as *navegações* seão tão intensamente alienadas (de “memória” e “tempo”) a fim de que se crie um “emprego” possível apenas em radical ficção; como efeito, incrementa-se, com o auxílio da ironia, a denúncia. A utopia moderna na poesia portuguesa já indica, em Álvaro de Campos, destino difícil, sofrido sentido: “E eu vou buscar ao ópio que consola/ Um Oriente ao oriente do Oriente.” (Pessoa, 1999: 8): a rota da droga, um norte sem norte, “Ilhas” que não do Amor, viagem de turismo. A detecção com ar de denúncia vem do heterônimo pessoano mais ostensivamente comprometido com seu contexto histórico.

Benjamin é autor de célebre assertiva: “Nunca houve um monumento da cultura que não fosse também um monumento da barbárie. E, assim como a cultura não é isenta de barbárie, não o é, tampouco, o processo de transmissão da cultura.” (Benjamin, 1994, p. 225). Sophia e Ruy Belo, inegavelmente, lidam com a barbárie, e sabem que não há como driblá-la na cultura, nem, obviamente, na língua. Mas a mesma língua, especialmente quando poética, ou seja, carregada de sentidos em expansão e rebeldia, pode, ao contrário, recusar a barbárie e, estupefata, estupefazer o leitor, os leitores, o mundo.

Artigo recebido: 29/10/2011

Artigo aceito: 20/01/2012

Referências Bibliográficas:

ANDRESEN, Sophia de Mello Breyner. *Coral*. Edição definitiva. Edição de Luis Manuel Gaspar. Lisboa: Caminho, 2003.

_____. *Navegações*. Edição revista. Edição de Maria Andresen de Sousa Tavares e Luis Manuel Gaspar. Lisboa: Caminho, 2004.

ANTUNES, António Lobo. *As naus*. Lisboa: Dom Quixote, 1988.

BELO, Ruy. *Todos os poemas*. v. 1. Lisboa: Assírio & Alvim, 2004.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. In: --- *Magia e técnica, arte e política*. 7. ed. Tradução de Sergio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1994.

CAMÕES, Luís de. *Os Lusíadas*. Edição organizada por Emanuel Paulo Ramos. Porto: Porto editora, 1978.

EIRAS, Pedro. A face nocturna dos deuses em Sophia de Mello Breyner Andresen. *Revista Colóquio Letras*. nº 176, Lisboa, pp. 28-37, jan/abr 2011.

LIMA, Luiz Costa. *O redemoinho do horror: as margens do ocidente*. São Paulo: Planeta, 2003.

LIMA, Manoel Ricardo de. *fazer, lugar [a poesia de ruy belo]*. São Paulo: Lumme, 2011.

LOPES, Marcos Aparecido. A missão de Ruy Belo. In: ALVES, Ida e MAFFEI, Luis (org.). *Poetas que interessam mais – leituras da poesia portuguesa pós-Pessoa*. Rio de Janeiro: Azougue, 2011. p. 157-168.

LOPES, Silvina Rodrigues. Escutar, nomear, fazer paisagens. In: --- *Exercícios de aproximação*. Lisboa: Vendaval, 2003. p. 48-75.

MAFFEI, Luis. O desemprego em Campos – mais certos biscates de Cesário e Sá-Carneiro, Camões às voltas com uns relógios de ponto e Soares cômico de que é preciso dinheiro para viajar à China. *Revista Relâmpago, Poesia e dinheiro*. nº 25, Lisboa, pp. 75-92, out/ 2009.

MAGALHÃES, Joaquim Manuel. Posfácio ao 2º volume. In: BELO, Ruy. *Obra poética volume 2*. 2. ed. Lisboa: Presença, 1990.

NAVA, Luís Miguel. As navegações de Sophia. In: --- *Ensaios reunidos*. Lisboa: Assírio & Alvim, 2004. p. 174-178.

PESSANHA, Camilo. *Clepsidra*. Organização, apresentação e notas de Paulo Franchetti. São Paulo: Ateliê, 2009.

PESSOA, Fernando. *Poemas de Álvaro de Campos*. Edição de Cleonice Berardinelli. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

SERRA, Pedro. *Um nome para isto – leituras da poesia de Ruy Belo*. Coimbra: Angelus Novus, 2003.

SILVEIRA, Jorge Fernandes da. Adeus às armas (Pessoa/ Campos). In: --- *Verso com verso*. Coimbra: Angelus Novus, 2003. p. 193-207.